



PROJETO DE LEI nº 059/2023

Origem: Poder Executivo

Concede incentivo à empresa METALÚRGICA JCL LTDA. visando sua instalação junto à área industrial de Passa Sete/RS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSA SETE, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o Projeto de Lei nº 059/2023, de origem do Poder Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Nos termos da Lei Municipal nº 631, de 18 de abril de 2006, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo à empresa **METALÚRGICA JCL LTDA.**, CNPJ nº 43.822.536/0001-03, estabelecida na Rua Grápia, nº 447, nesta cidade de Passa Sete/RS, visando exercer regularmente suas atividades junto à área industrial de Passa Sete/RS, gerando, assim, novas fontes de emprego e renda, além de incremento nos retornos fiscais ao Município.

Art. 2º. O incentivo de que trata esta Lei consiste na **CONCESSÃO DE USO**, de 01 (um) pavilhão industrial, com área total de 220,00m², situado na Rua Guajuvira, área industrial desta cidade, voltada ao desenvolvimento das atividades de *“fabricação de ferramentas (25.43-8-00); fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal (25.93-4-00); fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente (25.99-3-99); fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios (27.59-7-01) e comércio varejista de ferragens e ferramentas (47.44-0-01)”*.

Art. 3º. A permissão de que trata esta Lei é pelo prazo certo e determinado de 10 (dez) anos, prorrogáveis por mais 10 (dez), contados da data de assinatura do respectivo Termo de Concessão.

Art. 4º. Além das obrigações a que se referem os artigos 4º, inciso I, e 5º da Lei Municipal nº 631/2006, a empresa terá que:

I - iniciar suas atividades na área cedida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do respectivo Termo de Permissão;

II - gerar, de imediato, 02 (dois) empregos diretos, ampliando este número para 04 (quatro) no segundo ano e para 06 (seis) no terceiro ano de concessão;

III - ampliar gradualmente suas atividades e seu faturamento, conforme meta proposta quando da solicitação dos incentivos;



IV - comprovar, anualmente, ao final de cada exercício, o aumento dos retornos fiscais ao Município;

V - obter junto aos órgãos competentes as respectivas licenças ambientais de instalação e operação, assim como alvarás, planos de prevenção de combate a incêndio e demais licenças e/ou exigências necessárias ao exercício da atividade;

VI - custear as despesas de manutenção e conservação do prédio, incluindo apólice de seguro contra qualquer dano material e pessoal, assim como de aquisição, manutenção e conservação dos equipamentos e materiais necessários ao exercício da atividade;

VII - restituir o imóvel nas mesmas condições em que o recebeu, seja ao término da permissão e/ou quando da retomada antecipada em decorrência do descumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

VIII - custear integralmente qualquer despesa e/ou valor apurado pelo Município em função da permissão de uso a que se refere esta Lei.

Art. 5º. A concessão de que trata esta Lei será formalizada em Termo próprio onde conste, ao menos:

I - as condições em que a empresa está recebendo o imóvel;

II - as obrigações a serem cumpridas pela empresa ao longo da concessão;

III - a responsabilidade da empresa pelo custeio integral de qualquer despesa decorrente da manutenção, conservação e recuperação do imóvel, inclusive aquelas eventualmente apuradas e/ou verificadas pelo Município ao término da concessão;

IV - a possibilidade de retomada imediata do imóvel pelo Município em caso de descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas pela empresa.

Art. 6º. O acompanhamento e fiscalização das exigências e condições previstas nesta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico que registrará em termo próprio eventuais falhas e/ou inconformidades apuradas/constatadas.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Passa Sete/RS, aos 06 dias do mês de setembro de 2023.

Mauricio Afonso Ruoso,
Prefeito Municipal.



República Federativa do Brasil

Estado do Rio Grande do Sul

Município de Passa Sete - Poder Executivo

JUSTIFICATIVA

PROJETO DE LEI nº 059/2023

Origem: Poder Executivo

Colenda Câmara de Vereadores,

Considerando a possibilidade de exercer regularmente suas atividades na área industrial desta cidade, a empresa METALÚRGICA JCL LTDA. - CNPJ nº 43.822.536/0001-03, solicitou a cedência de um pavilhão industrial, onde possa exercer as atividades de “*fabricação de ferramentas (25.43-8-00); fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal (25.93-4-00); fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente (25.99-3-99); fabricação de aparelhos elétricos de uso pessoal, peças e acessórios (27.59-7-01) e comércio varejista de ferragens e ferramentas (47.44-0-01)*”.

Em contrapartida, se propõe a gerar, de imediato, 02 (dois) empregos diretos, ampliando este número para 04 (quatro) no segundo ano e para 06 (seis) no terceiro ano de concessão. Além disso, se compromete em ampliar as atividades e o faturamento e, por consequência, os retornos fiscais ao Município ao longo da concessão.

Por sua vez, a Lei Municipal nº 631, de 18/04/2006, relaciona em seu art. 3º, os incentivos que o Município poderá conceder em função da expressão econômica e social do empreendimento. E dentre estes, está a concessão de uso de bens imóveis.

No caso, entendemos que a concessão de 01 (um) pavilhão industrial fará com que a empresa possa utilizá-lo no desenvolvimento de suas atividades, gerando novas fontes de emprego e renda, assim como incremento nos retornos fiscais ao Município, além de desonerar o Município de eventuais despesas com manutenção e conservação de prédios.

Deste modo, submeto a apreciação de Vossas Excelências este Projeto de Lei, solicitando, desde logo, que seja analisado e votado o mais breve possível, a fim de que possamos formalizar a concessão do referido imóvel e, com isso, permitir que a empresa exerça regularmente suas atividades, gerando, assim, novas fontes de emprego e renda, além de maiores retornos fiscais ao Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Passa Sete/RS, aos 06 dias do mês de setembro de 2023.

Maurício Afonso Ruoso,
Prefeito Municipal.